

Ano II - Nº 10
Brasília, abril de 2012

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Assembleia de Minas faz defesa do consumidor

Pág. 3

Cursos a
distância têm
inscrições até
18 de maio

Pág. 2

Interlegis, 15
anos: câmara
gaúcha conta
sua experiência

Pág. 4

Assessoria de Comunicação da Câmara de Fortaleza



Diretores do Interlegis apresentam o PML aos dirigentes da Câmara de Vereadores de Fortaleza

Interlegis intensifica parceria com senadores

Chefes de gabinete receberam informações sobre como apoiar as ações do Projeto de Modernização do Legislativo

O Interlegis fez reuniões com os chefes de gabinete dos senadores, em março, para mostrar o funcionamento, o alcance e as etapas do Projeto de Modernização do Legislativo (PML). Todos os gabinetes foram convidados a participar e a incentivar a adesão das câmaras ao programa.

— Sem comprometimento das lideranças, qualquer esforço será em vão — alertou o diretor do Interlegis, Haroldo Tajra.

Além de outros temas, foi discutida a lista de municípios que devem receber, neste semestre, a visita de técnicos do Interlegis. E, também, a possibilidade de fazer uma reunião em Brasília com os presidentes de câmaras, com pauta semelhante.

Assessor do senador Paulo Bauer (PSDB-SC) Nikolas Salvador Bottós disse que, em Santa Catarina, há interesse de todos os municípios em participar do Projeto de Modernização do Legislativo. Tajra explicou que atingir essa meta seria o ideal, mas que não é possível. No entanto, mesmo não fazendo

parte do PML, todas as câmaras podem ter acesso a um ou mais produtos e serviços oferecidos pelo Interlegis.

Eduardo Marques, do gabinete do senador Anibal Diniz (PT-AC), mostrou as dificuldades que podem ocorrer em um estado como o Acre: das cidades listadas para receberem técnicos do Interlegis, quase todas foram duramente atingidas pelas últimas chuvas e dificilmente teriam condições, ao menos agora, de receber a visita.

Geraldo Cavalcante, chefe de gabinete do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), parabenizou o Interlegis, que, “mesmo sendo tão pequeno e provavelmente sobrecarregado, faz um trabalho dessa dimensão”.

PML

O Projeto de Modernização do Legislativo visa atingir, em duas fases, 700 câmaras. A primeira vai até 2013, quando pelo menos 350 deverão estar contempladas. Apesar de existir uma listagem prévia, os gabinetes podem participar da indicação de qual Casa

está mais apta a fazer o convênio com o Interlegis.

Antes, é feito um diagnóstico de suas condições de funcionamento por servidores do programa. Essas câmaras podem também se tornar polos de multiplicação das ações de modernização junto aos municípios vizinhos.

São vários os produtos e serviços que o Interlegis oferece, como o Portal-Modelo para internet, cursos presenciais e a distância, oficinas diversas, com destaque para revisão de lei orgânica e regimento interno e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL).

Nas reuniões, tratou-se do apoio dos gabinetes ao contato direto com os colegas das câmaras conveniadas, para assessorá-las na otimização dos instrumentos comunicacionais.

Essa aproximação é feita em eventos regionais, onde especialistas fazem palestras sobre cerimonial, comunicação interna, relações públicas, assessoria de imprensa, jornalismo legislativo e publicidade institucional.

Lançada 2ª etapa de cursos a distância

O Interlegis lança neste mês a segunda etapa de 2012 de inscrições para os cursos a distância desenvolvidos especialmente

para atender às demandas das Casas legislativas.

Os interessados devem acessar o [site saberes.interlegis.leg.br](http://site.saberes.interlegis.leg.br)

até 18 de maio.

Na primeira etapa, cujas aulas já estão disponíveis, houve 2.182 matriculados.

Matrículas abertas

2ª oferta de 2012
Inscrições: 16 de abril a 18 de maio
saberes.interlegis.leg.br

- Br Office Calc
- Br Office Writer
- Busca da Qualidade
- Cerimonial no Ambiente Legislativo
- Desenvolvimento de Competências Gerenciais
- Excelência no Atendimento
- Formação de Tutores para EAD
- Gestão de Convênios

- Gestão do Conhecimento Legislativo
- Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal
- Introdução ao Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público
- Introdução ao Orçamento Público
- Licitações e Contratos
- Noções Básicas de Administração
- Organização de Gabinete Parlamentar
- Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal
- Práticas em Jornalismo Legislativo
- Redação e Técnica Legislativa
- Técnicas de Oratória
- Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo — Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: senador Cicero Lucena
Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
Editora: Letícia Borges
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiários de jornalismo: Everton Lagares, Gabriela Vogado, Letícia Pires e Wêllida Resende
Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep — Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Via N2, Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049

Bons resultados na CeBIT, a maior feira de TI do mundo

O Interlegis foi a única instituição do Legislativo convidada a participar da CeBIT 2012 pela Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex). Cento e trinta instituições e empresas públicas e governamentais integraram a delegação brasileira.

A CeBIT é a maior feira de tecnologia da informação e comunicação do mundo. O evento foi realizado em março, em Hannover, Alemanha.

Para o chefe da missão, o diretor de Tecnologia do Interlegis, Ricardo Ramos, a participação foi positiva. Ele teve a assessoria dos técnicos do Interlegis João Gouveia e Jean Ferri.

O estande do Interlegis na CeBIT 2012 acabou virando uma atração. Era o único que tinha uma rede sem fio própria e uma câmera ao vivo, com

transmissão de imagens do evento. Com isso, era procurado por todos que queriam aparecer ao vivo para o Brasil.

Ramos lembrou que o principal resultado da participação do Interlegis na feira foi o intercâmbio tecnológico. Susanne Wolfgarten, representante da empresa alemã GIZ, que dá apoio a países africanos, demonstrou interesse pelos produtos e serviços Interlegis.

Representantes dos governos britânico e alemão ficaram impressionados com o atendimento que o programa oferece gratuitamente às Casas legislativas brasileiras.

Um dos objetivos da presença dos representantes do programa era justamente fazer contatos que propiciassem troca de informações e possíveis convênios e parcerias, afirmou Haroldo Tajra, diretor da Secretaria do Interlegis.

Ricardo Ramos/Interlegis



Jon “Maddog” entre João Gouveia e Jean Ferri, no estande do Interlegis na CeBIT 2012

Presidente da Linux pode vir a encontro no Brasil

Jon “Maddog” Hall, diretor-presidente da Linux International, visitou o estande do Interlegis na CeBIT 2012.

Ele foi convidado pelo diretor de Tecnologia do Interlegis, Ricardo Ramos, para vir a Brasília, especialmente para o Encontro do Grupo Interlegis de Tecnologia (Gitec), que acontece anualmente em novembro.

O executivo é uma das grandes figuras do universo do *software* livre, reconhecido internacionalmente. Segundo o diretor do Interlegis, “Maddog” Hall ficou bastante interessado em conhecer de perto o trabalho desenvolvido pelo Interlegis.

A Linux International é uma organização sem fins lucrativos, patrocinada por empresas de TI, que promove o desenvolvimento de aplicações em *software* livre e código aberto.

Carreira

“Maddog” Hall trabalha com informática desde 1969, é utilizador de Unix desde 1977 e de Linux desde 1994 e é um dos fundadores do movimento Open Source.

O dirigente foi reitor da Faculdade de Informática do Hartford State Technical College, nos Estados Unidos, onde os estudantes o apelidaram de “maddog” (cachorro louco).

Encontro de vereadores em Rondônia

O Interlegis participou da segunda edição do Fórum de Debates pelo Fortalecimento das Câmaras Municipais de Rondônia, em 29 de março, na Câmara de Cacoal. O evento teve apoio da União de Câmaras e Vereadores de Rondônia (Ucaver), da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (Abracam) e do tribunal de contas do estado.

Em meio às várias palestras, o representante do Interlegis, Janary Nunes Carvão, ouvindo do órgão, fez a apresentação do programa, ressaltando o Projeto de Modernização do Legislativo (PML), que leva às Casas legislativas de todo o Brasil ações fundadas em capacitação, tecnologia, comunicação e informação.

Minas investe na defesa do consumidor

Procon da assembleia legislativa mineira supera a Justiça nas soluções conseguidas em conciliação

Para comemorar 15 anos de funcionamento, o Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) lançou em fevereiro um serviço pela internet que ajuda outras Casas legislativas a criar estruturas de defesa do consumidor. O Procon da ALMG atende a cerca de 90 mil demandas por ano, conseguindo que 73% delas sejam resolvidas por meio de conciliação. Na Justiça, o índice é de 30%.

O órgão agora dá apoio e assessoramento técnico para criação de Procons municipais. Prefeituras, câmaras ou entidades civis de defesa do consumidor podem solicitar assessoramento pelo formulário na página do órgão na internet (www.almg.gov.br/procon). O curso dura cinco dias, inclui palestras sobre legislação e dinâmica do processo administrativo, estrutura física necessária, prática de atendimento e audiências.

O Procon On-line começou em março a atender, primeiro, a população dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte que não possuem Procon local. Já foi implantado em Esmeraldas e chegará a

Matozinhos e Ibitiré. Além de oferecer orientação e apoio na implementação do serviço, a assembleia cederá às câmaras conveniadas aparelhos de scanner para digitalização de documentação nos atendimentos.

As Casas legislativas oferecerão a infraestrutura do atendimento local (espaço físico, equipe e mobiliário). As reclamações documentadas serão recebidas e analisadas pelo Procon da ALMG, que dará retorno sobre solução ou encaminhamento, promovendo intermediações e acordos, inclusive com audiência de conciliação, se necessário.

Telefonia e juro

No atendimento direto do Procon da ALMG, as principais demandas são referentes a telefonia móvel, juros altos do cartão de crédito, defeitos com pouco tempo de uso e atraso na entrega das compras presenciais ou pela internet. Segundo o coordenador do órgão, Marcelo Barbosa, a iniciativa foi da Comissão de Defesa do Consumidor, porque o Procon estadual só atende demandas coletivas. Ele ressalta que, por ser do Poder Legislati-



O Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, criado em 1997, atende a 90 mil demandas de cidadãos por ano

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

vo, o Procon da ALMG não tem o poder de polícia (fiscalização e sanção administrativa para multar e fechar o estabelecimento, por exemplo).

— Quando o caso exige uma dessas medidas, eu faço uma representação ao Procon estadual — explicou o coordenador.

O Procon da ALMG dá proteção jurídica e técnica aos consumidores por meio de orientações, intermediação de conflitos com fornecedores, pesquisa de preços no mercado e palestras

nas escolas sobre educação para o consumo, entre outras ações.

Focando na formação do consumidor do futuro, o Projeto Procon na Escola leva a estudantes da Grande BH palestras que informam sobre os direitos do consumidor e os mecanismos disponíveis para a sua proteção. As palestras também orientam sobre a necessidade de disciplina e da adoção de critérios que ajudem a evitar o endividamento ou a contratação de serviços desnecessários.

A deputada estadual mineira Liza Prado (PSB) disse que apoia a iniciativa e está trabalhando para que a Casa providencie um ônibus que funcione como unidade móvel para ser usado principalmente nas ações nas escolas.

As assembleias de Ceará, Rio Grande do Norte e Roraima também oferecem serviços de proteção aos direitos do consumidor nos moldes da ALMG

Porta-Retrato



Em foto de Pillar Pedreira (Interlegis), saguão de entrada da Câmara de Barbacena, Minas Gerais: detalhe com a escada que dá acesso ao Plenário, no prédio do período colonial, construído antes de 1789

Escolas do Legislativo definem ações estratégicas

A Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) realizou reunião no Interlegis, em 6 e 7 de março, para delinear ações baseadas no planejamento estratégico desenvolvido no ano passado.

Segundo o presidente da entidade, Florian Madruga, as linhas norteadoras foram apresentadas no 18º Encontro Nacional da Abel, em outubro, em Aracaju. Ele destacou a criação de uma emissora de televisão, com transmissão via internet, entre as principais propostas.

Doze colaboradores, entre diretores da entidade, de escolas e colegas voluntários, se dividiram em cinco grupos.

Cada um discutiu uma das grandes metas da associação para os próximos anos: divulgação da educação político-legislativa, aprimoramento da área de eventos, realização do Censo da Educação Legislativa e de Contas, reestruturação organizacional e administrativa e aprimoramento do portal e da comunicação interna.

Após as discussões, foram elaborados projetos executivos a partir das ações definidas. Eles serão apresentados no 19º Encontro Nacional da Abel, marcado para maio, em Natal, dentro do Encontro da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale).

Curtas

► **Porto Velho, RO** — O Interlegis apoia a implantação da Escola do Legislativo da Assembleia de Rondônia, que abriu as atividades letivas em 13 de março.

► **São Luís, MA** — Uma equipe de instrutores da área de tecnologia do Interlegis aplicou treinamento para técnicos de sete câmaras focado na instalação e no uso do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). Os encontros foram na Assembleia do Maranhão, de 14 a 16 de março.

► **Laranjeiras, SE** — Em encontro em 23 de março, os 130 participantes, entre servidores e parlamentares, conheceram melhor o Programa de Modernização Legislativa, do Interlegis, e assistiram a palestras técnicas. O próximo passo é a elaboração de diagnósticos nas câmaras.

► **Campo Grande, MS** — O Interlegis foi destaque no 8º Seminário de Câmaras e Vereadores de Mato Grosso do Sul, em 30 de março. O encontro recebeu 696 inscrições

e foi aberto pelo governador, André Puccinelli. O deputado Paulo Corrêa, 1º secretário da ALMS, informou que a Casa vai passar a usar o domínio leg.br em breve.

► **Betim, MG** — O especialista Yuri Sousa e o consultor do Senado Paulo Henrique Soares aplicaram a oficina de revisão do regimento interno e lei orgânica, nos dias 28 e 29 de março. Também participaram representantes das câmaras de Cataguases e de Itaguara.

Especialista em regimento interno, Sousa conduz oficina em Betim (MG)



Paulo Soares/Senado

Ação incentiva jovens a tirar título eleitoral

Justiça Eleitoral quer que adolescentes de 16 e 17 anos, que não são obrigados a votar, participem da eleição deste ano

Em 19 de março, as emissoras de rádio e televisão em todo o Brasil começaram a veicular uma campanha da Justiça Eleitoral para incentivar os eleitores de 16 a 18 anos a tirar o título e exercer o direito ao voto. Até os 18 anos o voto é facultativo. Quem tem 15 anos, mas fará 16 até o dia da eleição, 7 de outubro, também pode pedir o documento para votar pela primeira vez.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelam que, em janeiro deste ano, existiam 1.712.598 cidadãos nessa faixa etária com o título de eleitor (veja quadro nesta página), apenas 1,25% do eleitorado total. Pelo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 9,59% da população brasileira está entre os 15 e os 19 anos. Esses números demonstram que a grande maioria da juventude do país ainda não tem interesse em participar do processo político-eleitoral.

O assessor de imprensa substituto do TSE, Luiz Neves, informou que há outras inicia-

tivas para estimular a participação dos jovens:

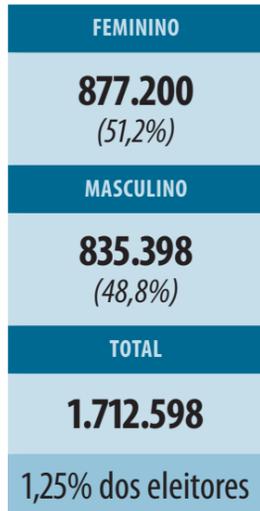
— Além da campanha de incentivo da Justiça Eleitoral, as escolas judiciárias eleitorais dos 27 tribunais regionais eleitorais e a Escola Judiciária do TSE promovem palestras e visitas às escolas de ensino fundamental e médio para explicar o sistema político nacional e a importância da participação política do jovem.

Outros órgãos públicos também têm trabalhado nessa linha. Antes das eleições de 2010, o Ministério Público do Rio Grande do Sul distribuiu 5 mil cartilhas a procuradores e promotores eleitorais gaúchos, que participaram de um curso de capacitação coordenado em parceria com o Ministério Público Federal.

O material propunha um questionamento ao eleitor sobre os critérios utilizados para votar em um candidato, além de informar o contato dos órgãos de controle que recebem denúncias sobre irregularidades nas eleições

Eleitores de 16 e 17 anos

Dados de janeiro de 2012



Fonte: TSE

Para tirar o título de eleitor...

...basta procurar um cartório eleitoral com um documento de identidade com foto e comprovante de residência, não sendo necessário o pagamento de taxas. O título é gratuito. O cadastramento eleitoral é realizado até 9 de maio.

Fonte: TSE

CALENDÁRIO ELEITORAL – até maio

DIA	MÊS	AÇÃO
10	abril	Último dia para o partido político publicar as normas para as coligações
10	abril	Proibição de revisão de remuneração de agente público
9	maio	Último dia: • para requerer inscrição eleitoral ou transferência de domicílio • para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração no título eleitoral • para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida solicitar transferência para seção eleitoral especial
26	maio	Início de propaganda intrapartidária para indicação de candidatos, vedado o uso de rádio, televisão e <i>outdoor</i> , observado o prazo de 15 dias que antecede a data definida pelo partido para a escolha dos candidatos

Artigo

Ficha Limpa, a importância de uma lei

Por Lucio Rennó,

professor-adjunto do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (Ceppac), da Universidade de Brasília

A LEI COMPLEMENTAR 135, de 4 de junho de 2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa, que recentemente teve sua constitucionalidade analisada e avalizada pelo Supremo Tribunal Federal, é uma das principais reformas do sistema político brasileiro. A lei torna inelegíveis cidadãos que tenham alguma condenação em instância colegiada, que tenham renunciado a mandatos eletivos para escapar de cassação ou que tenham sido excluídos do exercício da profissão por crime ético-profissional.

O valor simbólico, o que ela significa, já torna a Lei da Ficha Limpa um avanço significativo em nosso quadro institucional. Primeiramente, isso ocorre devido à maneira como a lei foi formulada, por meio de proposição legislativa de iniciativa popular. O espírito da lei é claro: tolerância zero a políticos corruptos.

Em segundo lugar, a lei deixa claro que os ocupantes de cargos eletivos devem estar acima de qualquer suspeita. A severidade da lei, que foi motivo de dúvidas sobre sua constitucionalidade, realça apenas a indignação da população.

Esse segundo motivo claro para a relevância da Lei da Ficha Limpa diz respeito a suas consequências para o sistema político brasileiro. As implicações práticas da Ficha Limpa



na disputa eleitoral já foram sentidas em 2010, apesar de toda a confusão e de todo o impasse que marcaram essa questão na eleição passada. A dúvida sobre a constitucionalidade da lei, devido aos atrasos e indecisões da Suprema Corte em se posicionar sobre ela, estimulou candidatos a recorrerem ao Judiciário para se livrarem da punição. A lei, por sinal, permite isso.

Em 2012, claramente haverá recursos, mas a probabilidade de sucesso deles será menor após a decisão recente, embora tardia, do Supremo. Assim, o papel das cortes nas próximas eleições será fundamental para assegurar o efeito da lei. Na medida em que as cortes punam os afetados por ela, menor serão os estímulos para que outros recorram no futuro.

As eleições de 2012 guardam ainda capítulos decisivos para dirimir dúvidas sobre as consequências práticas da Lei da Ficha Limpa. Esses próximos passos serão tão fundamentais quanto os iniciais. Cabe, então, a vigilância continuada da população brasileira para assegurar que a lei não se torne letra morta.



Plenário do STF julga a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa

“O Interlegis pôs nossa câmara no mundo on-line”

Desde 1997, quase 4 mil Casas legislativas foram beneficiadas pelas ações do Interlegis. A Câmara de Cachoeira do Sul, a 196 quilômetros de Porto Alegre, foi a primeira Casa legislativa gaúcha a assinar convênio, em 9 de fevereiro de 2001. O servidor Gelson Elesbão testemunhou o ato e conta como tem sido a parceria:

“A Câmara de Cachoeira do Sul tomou conhecimento do

Interlegis por correspondência recebida em 2000. Os serviços disponibilizados pelo programa foram então levados ao conhecimento da Mesa Diretora do legislativo municipal, cujo presidente era Claudio Sérgio Vidal Petrucci, acompanhado do secretário, Edinelson Beck. Fui eu, responsável pelas tecnologias de informação — função que ainda ocupo —, quem fez a mediação.

Lembro que, firmado o

convênio, a Câmara recebeu um microcomputador, uma impressora a laser e um modem externo com hub — equipamentos de ponta naquele período. A partir daí, foi possível disponibilizar a internet para o restante da Casa. Até então, o acesso era restrito a apenas um computador. Assim, o Interlegis foi decisivo para a câmara ingressar no mundo digital de forma definitiva.

Estreitado o vínculo entre

o Interlegis e a Câmara de Cachoeira do Sul, fui a Porto Alegre participar de um curso de especialização para operação dos softwares do programa. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul já havia firmado convênio com o Interlegis.

Em seguida, a Casa implantou o SAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo), que é o software mais popular nas Casas legislativas do país, algo



que permanece até os dias atuais como um diferencial em relação às demais câmaras da região central do estado.”